

A CIÊNCIA DA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

*José Luís Sanfelice*⁴⁹

RESUMO

O presente texto relaciona o desenvolvimento da produção em História da Educação com a configuração da Ciência da História. Considera, na historiografia, a presença teórico-metodológica dos positivistas, dos seguidores da escola-movimento dos Annales, da História Cultural e dos marxistas. Pondera sobre as diferentes concepções formuladas para a história processo e, as considera decisivas e anteriores às questões de método. Conclui pela necessidade de uma retomada da interpretação materialista da história.

Palavras-chave: Ciência da história. História da educação. Historiografia. Método histórico e materialismo histórico.

THE SCIENCE OF HISTORY AND THE HISTORY OF EDUCATION

ABSTRACT

This paper relates to the development of the production of History in Education within the setting of Science of History. It considers the theoretical and methodological presence of the positivists, the followers of the Annales school-movement, Cultural History and the Marxists in historiography. It ponders the different conceptions formulated by the historical process and considers decisive and previous issues of method. It concludes with the need for a resumption of the materialist interpretation of history.

Keywords: Science of history. Education history. Historiography. Historical method and historical materialism.

A escrita da história da educação sofreu, ao longo dos tempos, alterações que decorreram das mudanças que o próprio modo de produzir o conhecimento histórico em geral vivenciou. A consequência mais visível de tal procedimento foi o surgimento de uma historiografia, entendida aqui como o produto/conhecimento gerado pelo trabalho dos historiadores, que é marcada pelos temas dos quais se ocupa, pelas fontes de que se utiliza e pelo método de pesquisa aplicado.

⁴⁹ Professor Titular em História da Educação (aposentado e colaborador) – UNICAMP/FE. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR. E-mail: sanfelice00@yahoo.com.br

Embora a história da educação construída na academia seja um campo mais recente dentro do universo historiográfico, ela não ficou imune às transformações gerais. Desde quando se erigiu a ciência da história, com seu descolamento gradativo da especulação filosófica, ela se organizou em torno de grandes temas resultantes da própria realidade social. Assim se fez a história política, a história econômica, a história das religiões, a história do direito, a história social, a história da educação, a história militar, etc...

Aos poucos toda a produção historiográfica sofreu um afunilamento para temas mais recortados: a história das mulheres, a história das minorias, a história das profissões, a história das instituições escolares, a história do livro e tantos outros. Se considerarmos que todos os objetos, pertencentes aos grandes ou menores temas, passíveis de historicidade, são objetos da ciência da história, não há nada a se contestar quanto às referidas alterações. Certo número de historiadores discute a questão da relevância dos temas para a construção do conhecimento histórico. Por exemplo: é mais importante estudar a política educacional de um governo ou a biografia de um professor perdido lá na sua longínqua escolinha do meio rural? A questão, independentemente da minha própria opinião, tem se mostrado controversa. As duas coisas acabam por serem feitas e com isso surge outra questão: quais condições viabilizam a pesquisa de temas e objetos tão múltiplos e distintos?

Para responder à pergunta é necessário considerar que o fazer científico e muito especialmente a produção do conhecimento histórico não é desprovido de interesses. Basta lembrar que os Estados-nação sempre cultuaram e promoveram uma historiografia de caráter oficial. Governantes, líderes políticos e personagens mitológicos da cultura de massas desejam ter uma biografia autorizada pelos próprios ou por seus familiares. As editoras estimulam produtos que tenham fácil aceitação no mercado, como aconteceu com uma avalanche de obras sobre a vida privada e de variada qualidade científica. As agências de fomento à pesquisa, com os seus financiamentos, induzem temas-objetos e problemas aos pesquisadores da área. Com frequência os temas-objetos e problemas correspondem aos interesses de grupos de pesquisadores que obtiveram hegemonia junto às próprias agências. Enfim, a produção do conhecimento histórico está condicionada a uma vasta gama de interferências externas.

Na academia se manifestam outros aspectos que inviabilizam a existência de um pesquisador-historiador simplesmente comprometido com a produção de um conhecimento que corresponda à verdade histórica, ou seja, um conhecimento que prioriza a sua



objetividade, tanto quanto possível. Os departamentos, as condições de trabalho, as linhas de pesquisa, os grupos temáticos e as disputas pelo poder são fatores que, não raro, criam um mundo de pesquisa freneticamente produtivista e doentio.

A produção da história da educação partilha do universo acima privilegiando, é claro, a abordagem histórica do seu tema-objeto que é a educação. Hoje, após muitos percalços, a história da educação já é aceita como *partícipe* da ciência da história. O campo de investigação que a tem constituído é bastante abrangente: políticas educacionais de Estados e governos, legislação educacional de todos os níveis, sistemas nacionais de educação, formação de docentes, ideias pedagógicas, metodologias de ensino, história de instituições escolares, biografias de educadores, a educação na e pela imprensa, os movimentos sociais e a educação, as entidades estudantis, a educação de gêneros, a educação das minorias (inclusão x exclusão), as políticas educacionais alternativas, a formação das profissões, os acordos educacionais das Agências (ONU, UNESCO, Banco Mundial e outras) com os Estados, o financiamento e mais uma grande infinidade difícil de ser arrolada.

A questão da relevância do que se produz, como já dito uma questão controversa, não inibe a área. O mesmo se pode dizer quanto aos distintos interesses pelos quais os pesquisadores trabalham.

Feitas as ponderações acima, avanço para uma outra questão. No que diz respeito à metodologia da pesquisa o que acontece no fazer da história da educação? Bem, em princípio pode-se dizer algo muito semelhante ao que já foi dito sobre as mudanças ocorridas na escrita da história da educação em decorrência das alterações no modo de produzir o conhecimento histórico em geral. Do ponto de vista da metodologia da pesquisa a história da educação acompanha também aquelas propostas que decorrem da ciência da história. A presença de ortodoxos, entenda-se coerentes positivistas, marxistas e seguidores da Escola dos Anais acontece no conjunto da produção historiográfica e de certa maneira pelo mundo afora. As influências de várias escolas positivistas, de muitos marxismos e das duas primeiras gerações dos Anais são constantes por todos os cantos acadêmicos. Sempre houve a presença de ecléticos e mais recentemente de uma perspectiva que se identifica por Nova História desde a segunda metade do século passado. Isso tudo reproduzindo tão somente a ponta de um imenso *iceberg*.

Por que apenas a ponta de um imenso *iceberg*? Porque as questões de fundo dizem respeito às concepções que se tem da História – enquanto processo – e da possibilidade de se



conhecê-la – a ciência da história. Os historiadores que se digladiam nas rinhadas em que defendem suas escolhas e convicções primam por dissensos. Nos dissensos manifestam-se as profundas divergências. Todos sabemos, por exemplo, que não é uma mesma coisa conceber a História como uma *realização – manifestação* de um Espírito Absoluto, ou concebê-la como uma *realização – manifestação* exclusiva da imanência dos homens no mundo. Também não é a mesma coisa a ciência da história feita pelos positivistas, marxistas, seguidores dos Anais ou a Nova História. Enfim, a pluralidade nas questões de fundo confere à pesquisa dos historiadores e dos historiadores da educação características metodológicas que adquirem certas especificidades.

Os debates sobre o método histórico constituíram muitas vezes a escapatória de uma história positivista que se recusava a qualquer epistemologia. Assim, a metodologia ainda representa um papel decisivo nas controvérsias históricas, já que ela recobre ao mesmo tempo os procedimentos práticos do ofício de historiador e os confrontos teóricos sempre camuflados. O hábito de dissimular os debates teóricos atrás das considerações práticas persiste. (BURGUIÈRE, 1993, p. 537).

É bem o que eu gostaria de evitar no presente artigo: dissimular o embate teórico a pretexto de uma ênfase na metodologia da pesquisa histórica. Entretanto, cabe ponderar que os positivistas tiveram e têm uma ambição científica nos moldes das ciências experimentais:

[...] a história positivista considera científico um método indutivo fundado no empirismo absoluto. No caso da história, o fato histórico substitui as experiências. Como os fatos falam por si próprios, basta sua reconstituição; infelizmente, para o historiador positivista, a observação direta dos fatos é impossível, o que se opõe à 'reconstituição do que realmente se passou'. (BURKE, 1991).

[...] a objetividade científica permanece possível, já que o historiador possui técnicas para reencontrar o traço dos fatos. Com a ajuda dos métodos de crítica textual [...], o historiador critica os documentos cujo testemunho permite a redescoberta dos fatos históricos. (BURGUIÈRE, 1993, p. 614).

É bem conhecida a indicação metodológica dos positivistas para que se efetue a crítica dos documentos – textos com a ajuda das ciências auxiliares (sigilografia, paleografia, diplomática etc.) para que se possa verificar a autenticidade deles e para que sejam datados. *É a crítica externa* que será acompanhada da *crítica interna* que:

[...] apoia-se na interpretação do documento e, por fim, mede a distância entre o que testemunha e os fatos já conhecidos, o que determina o seu grau de veracidade. Tornado quimicamente puro, o documento 'verídico' permite ao historiador positivista reencontrar imediatamente o fato histórico, o verdadeiro átomo da história. (BURGUIÈRE, 1993, p. 614).

As consequências práticas dos procedimentos acima indicados acabaram por levar ao privilegiamento dos documentos escritos, ao “primado do fato singular (que) cria o culto do

fatal e da ordem dos fatos que a isso melhor se presta, a política. Por fim, essa história se organizou logicamente sob a forma do relato, sequência de fatos cuidadosamente ponderados e que se encadeavam uns com os outros” (BURGUIÈRE, 1993, p. 614).

Para Odália (1991), a insatisfação de Marc Bloch e Lucien Febvre⁵⁰ manifesta nas primeiras décadas do século XX foi exatamente para com a história política, pobre em suas análises, reduzida a um simples jogo de poder entre grandes (homens ou países).

Ignorando que, aquém e além dele, se situavam campos de forças estruturais, coletivas e individuais que lhe conferiam densidade e profundidade incompatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos. (ODÁLIA, 1991, p. 7).

E com a revista *Annales*, criada em 1929. Marc Bloch e L. Febvre promovem uma nova forma de produzir o conhecimento histórico.

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras. (BURKE, 1991, p 11-12).

O intuito aqui não é o de descrever a escola ou o movimento dos *Annales* na historiografia, algo a que Burke (1991) deliberadamente se propôs a fazer, além de analisar e avaliar, como um companheiro de viagem, conforme autodeclarado por ele. E sua conclusão final é a de que:

A mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos *historiadores tradicionais*. *Essas extensões do território histórico estão* vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à

⁵⁰ Marc Bloch e Lucien Febvre foram os fundadores da Revista *Annales* cujo primeiro número circulou em 1929. Em torno da Revista conviveram expressivos historiadores que se orientaram por um novo modo de produzir o conhecimento histórico e constituíram a escola dos *Annales* ou, como preferem outros, o movimento dos *Annales*. O eixo da escola ou movimento dos *Annales* pode ser sintetizado nos seguintes aspectos: “... a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema; a história de todas as atividades humanas e não apenas história política; visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras” (BURKE, 1991, p. 11-12). A escola ou movimento dos *Annales* se estende por décadas e até os dias de hoje conta com seguidores. É comum dividir a obra dos *Annales* em três fases. Dos anos 20 até 1945 quando caracterizou-se por radical e subversiva contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial quando apoderou-se do *establishment* histórico em especial na França. “Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma ‘escola’, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a ‘história serial’ das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel (id., ibid). Uma terceira fase seria a partir dos anos 60 do século XX quando ficou cada vez mais marcada pela fragmentação.

linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (BURKE, 1991, p. 126-127).

Hobsbawm (2002), que vivenciou as transformações da historiografia ao longo de todo o século XX, testemunha que o grande conflito vivido pelos historiadores foi o embate da hipótese convencional positivista – a história é a política do passado, no interior dos Estados-nações e suas relações com outros – e, a história que deve tratar das estruturas e mudanças das sociedades e culturas – concepção dos marxistas e seguidores dos Annales. No primeiro caso a história como narrativa e no segundo a história como análise e síntese. Era uma batalha entre a velha e a nova história. Entre os “modernizadores” havia muitas diferenças ideológicas e de politização, mas em comum lutavam contra os positivistas e, por volta de 1970, parecia razoável supor que estava ganha a guerra.

Entretanto, Hobsbawm (2002) reconhece que ocorreram novas mudanças e que novamente surge a história descritiva.

[...] da estrutura econômica e social para a cultura, da recuperação dos fatos para a recuperação dos sentimentos, do telescópio para o microscópio [...] Talvez houvesse também um elemento daquela curiosa desconfiança intelectual pelo racionalismo das ciências naturais que ficaria ainda mais na moda à medida que o século chegava ao fim [...] De qualquer maneira, tanto quanto sei os historiadores das gerações jovens nos últimos trinta anos não produziram qualquer obra-prima histórica narrativa e não analítica. (p. 324).

Le Goff (1995) considerou que as chamadas ‘voltas’ acontecem com uma problemática profundamente renovada. A volta do acontecimento, tão combatido por L. Febvre e M. Bloch, “está ligada a transformações profundas que restauram seu direito de cidadania no território da história”. O acontecimento, por exemplo, é criado pela mídia, “que lhe proporciona um estatuto privilegiado na história contemporânea”. Ele pode ser estudado como a ponta do *iceberg*, cristalizador e revelador das estruturas.

A volta da narrativa é, para Le Goff (1995), um cadáver que não deve ser ressuscitado. A história-narrativa dissimularia ideologias e procedimentos metodológicos. A volta da biografia, que inunda o mercado do livro histórico, tem superficialidades, anedotas e anacronia, mas, “A biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e seus papéis”.

A volta da história política também combatida pelos iniciadores dos Annales, pode ser agora a “história do *poder* sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário” (id., *ibid*).

Na prática, ou seja, na produção do conhecimento histórico que se materializa, real ou não, torna-se difícil verificar o quanto ele é feito com as características ensejadas por Le Goff.

Na avaliação de Aróstegui (2006), excluindo-se o marxismo, responsável por uma grande massa de pesquisa sob sua orientação teórica, no final do século XX prevaleceu o pós-moderno. Com isso, nunca foi tão difícil considerar a existência de um método historiográfico no qual se reconheçam algumas práticas comuns mínimas. Também continua faltando o acordo, também mínimo, sobre que tipo de conhecimento é o historiográfico. Talvez seja mais realista falar, hoje, de novos modelos historiográficos: micro-história, nova história cultural, história sócio-estrutural, sociologia histórica, história oral, história da vida cotidiana, história dos conceitos, história do tempo presente, etc.

Aróstegui (2006) indaga se a historiografia se apresenta hoje como ciência social, texto histórico ou elaboração ideológica. Ou, se é possível que se apresente como algo distinto de qualquer uma dessas três possibilidades. Rechaça a redução da história à literatura, bem como a possibilidade de definir a sua cientificidade a partir do modelo de conhecimento do mundo físico porque a escrita da história é uma operação cultural, sujeita às convenções culturais e essa é a condicionalidade inevitável de *todo* conhecimento humano.

A verdade é sempre uma ‘verdade conveniente’. Isso não altera, de forma alguma, a firme proposição de fazer da historiografia um conhecimento sujeito à comprovação como qualquer outro que pretenda ser científico e não ficcional. (ARÓSTEGUI, 2006, p 245).

Consequentemente, elaborar uma explicação histórica é a obrigação fundamental de toda a prática historiográfica. Enfim, essa explicação deve ser exposta através de um discurso, de uma linguagem e de uma argumentação. O produto final da pesquisa da história é sua escrita [...]. (id., p. 252).

Na mesma direção de Aróstegui caminha Hobsbawm que face aos novos paradigmas e à Nova História pondera: o perigo das novas posições é que elas solapam a universalidade do universo do discurso, que é a essência de toda a história como disciplina erudita e intelectual; prejudicam aquilo que os antigos – positivistas – e modernos – marxistas e Escola de Annales – tinham em comum, isto é, a convicção de que as investigações dos historiadores, mediante regras geralmente aceitas de lógica e de evidencia, distinguem entre fato e ficção, entre o que pode ser estabelecido e o que não pode, aquilo que é e aquilo que gostaríamos que fosse –

tendências de se converter a história em literatura ou de se tomar o discurso como a própria realidade -; um grande perigo são as pressões políticas sobre a história que vem dos Estados ou dos grupos de identidade e a moderna sociedade midiática que confere ao passado proeminência sem precedentes e potencial de mercado.

Mais do que nunca a história é atualmente revista ou inventada por gente que não deseja o passado real, mas somente um passado que sirva a seus objetivos. Estamos hoje na grande época da mitologia histórica. A defesa da história por seus profissionais é hoje mais urgente na política do nunca. Somos necessários. (HOBSBAWM, 2002, p. 326).

Essa nossa incursão pelo campo da História e dos historiadores de ofício se fez necessária porque a História da Educação no Brasil durante o século XX sofreu a influência das tendências e padrões da pesquisa em História. Em trabalhos anteriores (SANFELICE, 2012) pude fazer vários apontamentos sobre a pesquisa em História da Educação no Brasil do século XX. Uma das conclusões que ressaltai foi exatamente a de que as múltiplas mudanças ocorridas no nosso campo de produção de conhecimento foram muito semelhantes àquelas que também marcaram as Ciências Sociais e em especial a Ciência da História (SANFELICE, 2013). Bittar (2012, p. 87), por exemplo, trabalha com a mesma perspectiva, ou seja, foram três os esquemas interpretativos prevaletentes na História até a década de 1980: o positivismo, o marxismo e a Escola de Annales. Posteriormente, a hegemonia foi da História Cultural. Sua conclusão é a de que há similitudes e distinções “entre os dois campos de pesquisa e também sobre a influência das tendências teóricas do campo da História sobre o da História da Educação durante o século XX”. (BITTAR, 2012, p. 111). Ferreira Jr. (2012, p. 117), por sua vez, estuda especificamente “a influência epistemológica que o marxismo exerceu no âmbito da pesquisa em educação depois da criação, em 1965, do atual sistema nacional de Pós-Graduação.”.

Enfim, no fazer da História da Educação, seja no passado ou no presente, os modelos teóricos – epistemológicos – e metodológicos – uma decorrência –, são aqueles que a ciência da História tem construído. No presente, a elasticidade das tendências pós-modernas torna indefinido o panorama teórico-metodológico no qual os pesquisadores estão navegando.

Acredito que para os historiadores da História da Educação, na forma em que ela se encontra e salvo algumas exceções, cabe refletir sobre a postura de Aróstegui (2006), que considera a produção do conhecimento histórico em geral como um panorama desconfortável em decorrência da falta de produção teórica. Tem-se tornado mais fácil a manipulação e a

conversão da História em ideologia pela frágil construção disciplinar da historiografia e a ignorância dos historiadores a respeito dos fundamentos da sua ciência. A questão de fundo, portanto, não se reduz ao método.

Encerro com o convite que Hobsbawm lançou para o século XXI:

Os jovens historiadores necessitam que sua atenção seja dirigida nos dias de hoje para a interpretação materialista da história tanto quanto, ou talvez até mais, na época em que ela era condenada como propaganda totalitária, pois até mesmo as modas acadêmicas igualmente a desprezam. Afinal de contas, venho procurando convencer as pessoas durante mais de meio século de que a história marxista tem mais substância do que imaginam, e se a associação do nome de historiador a ela ajuda nesse trabalho, tanto melhor. (HOBSBAWM, 2002, p. 327).

Recebido em: Agosto de 2015

Aceito em: Novembro de 2015

REFERÊNCIAS

- ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru; S.P.; Edusc, 2006.
- BITTAR, M. A pesquisa em História da Educação no século XX. In: BITTAR, M. e outros (orgs.). **Pesquisa em educação no Brasil**. Balanços e perspectivas. São Carlos; EDUFSCAR, 2012.
- BURGUIÈRE, A. (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro; Imago Ed., 1993.
- BURKE, P. **A escola dos ANNALES**. 1929-1989. A revolução francesa da historiografia. São Paulo; Edit. Universidade Estadual Paulista, 1991.
- FERREIRA JR. A. Marxismo, ciências humanas e pesquisa em educação no Brasil: dos primeiros tempos ao século XXI. In: BITTAR, M. e outros (orgs.). **Pesquisa em educação no Brasil**. Balanços e perspectivas. São Carlos; EDUFSCAR, 2012.
- HOBSBAWM, E. **Tempos interessantes**. Uma vida no século XX. São Paulo; Companhia das Letras, 2002.
- LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo; Martins Fontes, 1995.
- ODÁLIA, N. Apresentação. In: BURKE, P. **A escola dos ANNALES**. 1929-1989. A revolução francesa da historiografia. São Paulo; Edit. Universidade Estadual Paulista, 1991.
- SANFELICE, J. L. Apontamentos sobre a pesquisa em História da Educação no Brasil do século XX. In: BITTAR, M. e outros (orgs.). **Pesquisa em educação no Brasil**. Balanços e perspectivas. São Carlos; EDUFSCAR, 2012.
- SANFELICE, J. L. Desafios às ciências sociais na atualidade. In: BERTONI, L. M.; MORORÓ, L. P. e SANTA'ANA, C. de C. (orgs.). **Desafios epistemológicos das Ciências na atualidade**. Bauru; S.P.; Canal 6. 2013.